

DA TRAVESSIA À CRIAÇÃO: DIÁSPORA AFRICANA, CONEXÕES ATLÂNTICAS E A PRODUÇÃO DISCURSIVA DOS PERTENCIMENTOS NO BRASIL

FROM THE CROSSING TO CREATION: AFRICAN DIASPORA, ATLANTIC
CONNECTIONS, AND THE DISCURSIVE PRODUCTION OF BELONGING IN
BRAZIL

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 20/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/784423861](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/784423861)

Cinthia Aparecida Lemes

RESUMO

A diáspora africana tem sido tradicionalmente interpretada como um processo marcado pela dispersão, pela violência e pela ruptura decorrentes do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Embora essa perspectiva seja historicamente incontornável, ela se mostra insuficiente para compreender a complexidade das formas pelas quais populações africanas e afrodescendentes produziram vínculos sociais, instituições, práticas culturais e formas de existência no Brasil. Este artigo propõe compreender a diáspora africana como um processo histórico-discursivo de produção de pertencimentos, articulando contribuições da História Atlântica, dos Estudos da Diáspora, da Linguística Aplicada e dos Estudos da Linguagem. Fundamentado em pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e teórico-crítica, o estudo dialoga com autores como John Thornton, Lorand Matory, Lucilene Reginaldo, João José Reis, Flávio Gomes, Robert Slenes, Paul Gilroy, Stuart Hall e Kabengele Munanga, entre outros, para discutir a constituição de vínculos coletivos por meio de práticas linguísticas, religiosas, institucionais e culturais. Como contribuição original, propõe-se a categoria analítica **Produção Discursiva dos Pertencimentos**, compreendida como o conjunto de processos históricos, linguísticos, culturais e institucionais pelos quais sujeitos e coletividades constroem, negociam, disputam e transformam vínculos de identificação, memória, reconhecimento e participação social. Argumenta-se que a diáspora africana deve ser compreendida não apenas como experiência de deslocamento e trauma, mas como processo permanente de criação de inteligências coletivas, reorganização de territorialidades simbólicas e elaboração de formas afro-atlânticas de pertencimento. Conclui-se que a Produção Discursiva dos Pertencimentos amplia as possibilidades analíticas para os estudos da diáspora, ao integrar linguagem, cultura, memória e relações de poder em um mesmo modelo

interpretativo, contribuindo para o diálogo interdisciplinar entre História, Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

Palavras-chave: Diáspora africana; Produção Discursiva dos Pertencimentos; Linguística Aplicada; Estudos da Linguagem; Pertencimento.

ABSTRACT

The African diaspora has traditionally been interpreted as a process characterized by dispersion, violence, and rupture resulting from the transatlantic slave trade. Although this perspective is historically indispensable, it is insufficient to account for the complex ways in which African and Afro-descendant populations forged social bonds, institutions, cultural practices, and forms of collective existence in Brazil. This article proposes to understand the African diaspora as a historical-discursive process of the production of belonging, bringing into dialogue contributions from Atlantic History, Diaspora Studies, Applied Linguistics, and Language Studies. Grounded in qualitative, bibliographic, and critical-theoretical research, the study engages with scholars such as John Thornton, J. Lorand Matory, Lucilene Reginaldo, João José Reis, Flávio Gomes, Robert Slenes, Paul Gilroy, Stuart Hall, and Kabengele Munanga, among others, to examine the constitution of collective bonds through linguistic, religious, institutional, and cultural practices. As its original contribution, the article proposes the analytical model **Discursive Production of Belonging**, understood as the set of historical, linguistic, cultural, and institutional processes through which individuals and collectivities construct, negotiate, contest, and transform relationships of identification, memory, recognition, and social participation. It argues that the African diaspora should be understood not only as an experience of displacement and trauma but also as an ongoing process of creating collective intelligences,

reorganizing symbolic territorialities, and shaping Afro-Atlantic forms of belonging. The article concludes that the **Discursive Production of Belonging** expands the analytical possibilities of Diaspora Studies by integrating language, culture, memory, and power relations into a single interpretive framework, thereby fostering interdisciplinary dialogue among History, Applied Linguistics, and Language Studies.

Keywords: African diaspora; Discursive Production of Belonging; Applied Linguistics; Language Studies; Belonging.

INTRODUÇÃO

A diáspora africana no Brasil tem sido frequentemente narrada a partir das categorias da ruptura, da dispersão, da violência e da perda. Tal perspectiva é indispensável, uma vez que a travessia atlântica esteve profundamente marcada pela escravização, pelo sequestro de populações africanas, pela desagregação de vínculos comunitários e pela imposição de regimes coloniais de exploração. No entanto, quando tomada como chave exclusiva de interpretação, essa narrativa corre o risco de reduzir a experiência diaspórica a um acontecimento de privação absoluta, apagando as formas históricas pelas quais sujeitos africanos e afrodescendentes produziram vínculos, reorganizaram memórias, instituíram práticas culturais e criaram modos próprios de existência social no mundo atlântico.

Este artigo parte da compreensão de que a diáspora africana não pode ser pensada apenas como deslocamento forçado. Ela constitui também um processo histórico de circulação, reinvenção e produção de pertencimentos. Ao longo da formação social brasileira, africanos e afrodescendentes não apenas sobreviveram à violência da escravização, mas produziram redes de solidariedade, formas de

identificação coletiva, práticas religiosas, repertórios linguísticos, instituições comunitárias e estratégias políticas de existência. Desse modo, a diáspora deve ser compreendida como experiência histórica complexa, na qual trauma e criação, violência e agência, desenraizamento e recomposição não se excluem, mas se tensionam de modo permanente.

A historiografia atlântica e os estudos da diáspora têm contribuído decisivamente para esse deslocamento interpretativo. John Thornton demonstra a centralidade da África e dos africanos na formação do mundo atlântico, recusando leituras que reduzem os sujeitos africanos à condição de vítimas passivas da escravidão. Lorand Matory, ao discutir as rotas e raízes da nação transatlântica iorubá, evidencia que os pertencimentos africanos foram produzidos em movimento, por meio de circulações, retornos, memórias e recomposições identitárias. Lucilene Reginaldo, Roquinaldo Ferreira, João José Reis, Flávio Gomes e Robert Slenes, entre outros, mostram que irmandades, quilombos, práticas religiosas, redes de parentesco e mobilidades atlânticas constituíram formas concretas de organização social e cultural das populações negras no Brasil.

Entretanto, ainda que esses estudos tenham avançado na crítica à narrativa da perda, permanece uma questão central: como os pertencimentos diaspóricos são produzidos? Em outras palavras, não basta afirmar que africanos e afrodescendentes recriaram identidades, culturas e instituições. É necessário compreender os processos históricos, discursivos, culturais e institucionais por meio dos quais esses pertencimentos foram construídos, negociados, disputados e transformados. É nesse ponto que este artigo propõe uma contribuição teórico-metodológica própria: a noção de **Produção Discursiva dos Pertencimentos**.

Neste trabalho, entende-se por pertencimento uma condição relacional, histórica e discursiva mediante a qual sujeitos e coletividades constroem, negociam, disputam, legitimam e transformam vínculos de identificação, reconhecimento, memória e participação em comunidades simbólicas, culturais, políticas e institucionais. O pertencimento, portanto, não é tomado como simples adesão a uma identidade preexistente, nem como mera aceitação por parte de uma comunidade. Ele é compreendido como processo social permanentemente produzido em práticas de linguagem, rituais, memórias, instituições, corporeidades, territórios e relações de poder.

A **Produção Discursiva dos Pertencimentos**, por sua vez, designa o conjunto de processos históricos, linguísticos, culturais, institucionais e simbólicos pelos quais sujeitos e coletividades constroem, negociam, disputam e transformam vínculos de pertencimento em contextos sociais específicos. Ao mobilizar essa noção, o artigo propõe deslocar o foco da diáspora como simples dispersão para a diáspora como campo de produção discursiva de mundos sociais. Trata-se de compreender como práticas religiosas, formas de nomeação, línguas rituais, festas, narrativas de origem, irmandades, terreiros, quilombos e repertórios culturais funcionaram como dispositivos de recomposição do pertencimento afro-atlântico no Brasil.

A hipótese defendida é que a diáspora africana no Brasil constituiu um processo histórico-discursivo de produção de pertencimentos, no qual sujeitos africanos e afrodescendentes reorganizaram coletivamente memória, linguagem, religiosidade, territorialidade e práticas culturais, produzindo formas originais de existência afro-atlântica. Essa hipótese não minimiza a violência da escravidão; ao

contrário, reconhece que a criação diaspórica ocorreu em condições de coerção, desumanização e controle colonial. O que se pretende demonstrar é que, mesmo nesses contextos extremos, as populações africanas e afrodescendentes produziram inteligências coletivas capazes de instituir vínculos, preservar memórias, recriar cosmologias e disputar lugares de existência social.

Metodologicamente, o artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e teórico-crítica, situada na interface entre História Atlântica, Estudos da Diáspora, Linguística Aplicada, Estudos da Linguagem e Estudos Culturais. A análise não se organiza a partir de um corpus documental único, mas de uma revisão crítica de autores e debates que permitem compreender a diáspora africana no Brasil como fenômeno histórico-discursivo. O diálogo com a História Atlântica possibilita pensar as conexões entre África, Brasil e mundo atlântico; os Estudos da Diáspora oferecem categorias para compreender deslocamento, memória e recriação; a Linguística Aplicada e os Estudos da Linguagem permitem interpretar o pertencimento como produção discursiva situada; e os Estudos Culturais contribuem para compreender identidade, diferença e poder como processos históricos e relacionais.

O objetivo geral deste artigo é analisar a diáspora africana no Brasil como processo de Produção Discursiva dos Pertencimentos, evidenciando como populações africanas e afrodescendentes criaram formas de vínculo, reconhecimento e participação social em meio às violências da escravização e da colonialidade. Como objetivos específicos, busca-se: discutir criticamente o conceito de diáspora; analisar o Atlântico Negro como espaço de circulação e criação; compreender a reinvenção de identidades africanas e afro-brasileiras; examinar irmandades, terreiros, quilombos e práticas

culturais como instituições de pertencimento; e propor a Produção Discursiva dos Pertencimentos como modelo analítico para pesquisas em Linguística Aplicada, Estudos da Linguagem e Estudos Afro-Atlânticos.

A relevância do artigo reside em três aspectos principais. Em primeiro lugar, ele contribui para os estudos da diáspora africana ao propor uma leitura que articula trauma e criação, evitando tanto a vitimização absoluta quanto a celebração abstrata da resistência. Em segundo lugar, aproxima os debates da História Atlântica e dos Estudos da Diáspora da Linguística Aplicada, ao colocar a linguagem, o discurso e a produção de sentidos no centro da análise dos pertencimentos afro-brasileiros. Em terceiro lugar, apresenta a Produção Discursiva dos Pertencimentos como uma categoria teórico-metodológica capaz de orientar investigações futuras sobre identidade, memória, linguagem, raça, cultura e poder em diferentes contextos sociais.

O artigo está organizado em seis seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira discute a diáspora africana na historiografia contemporânea, destacando os deslocamentos conceituais que permitem compreendê-la para além da dispersão. A segunda examina o Atlântico Negro como espaço de circulação de pessoas, saberes, cosmologias e práticas culturais. A terceira analisa a reinvenção de pertencimentos, identidades e memórias afro-atlânticas no Brasil. A quarta discute irmandades, quilombos e terreiros como instituições negras de produção de pertencimento. A quinta aborda a agência africana e afro-brasileira como prática política, cultural e discursiva. Por fim, a sexta seção sistematiza a noção de Produção Discursiva dos Pertencimentos, defendendo sua

pertinência como proposta analítica para os estudos da diáspora, da linguagem e das formações sociais afro-brasileiras.

Ao propor essa leitura, o artigo defende que a diáspora africana no Brasil não deve ser entendida apenas como travessia, perda ou dispersão. Ela é também criação histórica, produção de mundo e elaboração contínua de pertencimentos. Nesse sentido, pensar a diáspora como Produção Discursiva dos Pertencimentos significa reconhecer que sujeitos africanos e afrodescendentes não apenas habitaram o Brasil colonial e pós-colonial: eles o interpretaram, disputaram, transformaram e recriaram por meio de linguagens, memórias, instituições e práticas coletivas que permanecem fundamentais para compreender a formação social brasileira.

Para Além da Dispersão: Revisitando a Diáspora Africana Como Problema Teórico

Durante grande parte do século XX, a diáspora africana foi interpretada prioritariamente a partir das categorias da dispersão, da ruptura e da violência produzidas pelo tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Essa perspectiva consolidou uma leitura segundo a qual a experiência diaspórica seria definida principalmente pela perda de territórios, pela fragmentação de vínculos sociais e pela descontinuidade das formas culturais africanas. Embora essa interpretação permaneça indispensável para compreender a constituição histórica da escravidão moderna, ela não esgota a complexidade das experiências afro-atlânticas. Conforme argumenta John Thornton, sociedades africanas participaram ativamente da constituição do mundo atlântico, produzindo instituições, práticas religiosas, formas políticas e conhecimentos que atravessaram o oceano e reorganizaram

diferentes espaços coloniais (THORNTON, 2004). Nessa direção, Paul Gilroy desloca o foco da ruptura para os fluxos culturais transatlânticos, demonstrando que o Atlântico Negro deve ser compreendido como espaço de circulação de sujeitos, linguagens, práticas culturais e projetos políticos, e não apenas como cenário do tráfico escravista (GILROY, 2001).

Esse deslocamento interpretativo não significa minimizar a violência da escravidão nem substituir a memória do trauma por uma narrativa otimista da resistência. Ao contrário, implica reconhecer que a violência colonial produziu efeitos contraditórios: ao mesmo tempo em que rompeu formas anteriores de organização social, tornou possíveis novas formas de articulação coletiva, novas territorialidades simbólicas e novas experiências de pertencimento. A diáspora não pode ser compreendida apenas pelo que destruiu, mas também pelo que tornou possível construir. A tensão entre ruptura e criação constitui, portanto, uma das questões centrais para a compreensão do mundo atlântico.

Essa mudança de perspectiva começou a ganhar consistência nas últimas décadas, quando a historiografia atlântica passou a questionar interpretações excessivamente centradas na experiência colonial europeia. Em vez de compreender a África apenas como espaço de origem de populações escravizadas, diversos pesquisadores passaram a demonstrar que sociedades africanas participaram ativamente da formação do Atlântico moderno. Nesse contexto, John Thornton propõe uma revisão profunda da narrativa tradicional ao afirmar que a África não ocupou uma posição periférica na constituição do mundo atlântico, mas desempenhou papel decisivo na circulação de pessoas, conhecimentos, práticas religiosas, sistemas políticos e formas culturais. A escravidão

permanece como elemento estruturante desse processo, mas deixa de ser sua única dimensão explicativa.

Essa inflexão altera significativamente a forma de compreender a própria ideia de diáspora. Se, durante muito tempo, a dispersão geográfica foi tomada como característica definidora do conceito, os estudos contemporâneos passaram a enfatizar a permanência das conexões estabelecidas entre diferentes territórios atlânticos. A diáspora deixa de representar apenas o afastamento da terra de origem para designar uma rede dinâmica de relações históricas, culturais, econômicas e simbólicas que atravessam oceanos, impérios e temporalidades distintas. O deslocamento físico permanece relevante, mas já não constitui o elemento central da análise.

Nesse sentido, a contribuição de Paul Gilroy representa um marco importante ao propor o Atlântico Negro como categoria interpretativa. Ao deslocar o olhar das fronteiras nacionais para os fluxos transatlânticos, Gilroy demonstra que as experiências negras modernas foram produzidas por intensas circulações de pessoas, músicas, religiões, ideias políticas, narrativas e linguagens. O Atlântico deixa de ser compreendido apenas como rota comercial ou espaço geográfico para tornar-se um campo de produção cultural e política. A modernidade atlântica, nessa perspectiva, não pode ser narrada sem reconhecer a participação ativa das populações africanas e afrodescendentes na constituição de formas originais de pensamento, expressão artística e organização social.

Entretanto, mesmo essa importante renovação historiográfica ainda apresenta uma questão pouco explorada. Ao enfatizar a circulação de práticas culturais, identidades e tradições, muitos estudos

explicam **o que** foi produzido pela diáspora, mas dedicam menor atenção aos processos pelos quais tais produções se constituíram historicamente. Em outras palavras, ainda permanece em aberto a compreensão de como vínculos coletivos foram continuamente elaborados em contextos marcados pela violência, pela mobilidade e pela instabilidade das relações sociais. A literatura demonstra que identidades afro-atlânticas foram construídas; contudo, explica menos detalhadamente como essas identidades se converteram em pertencimentos socialmente compartilhados.

É precisamente nessa lacuna que este artigo se insere. A questão central não consiste apenas em demonstrar que existiram redes transatlânticas ou que práticas culturais africanas sobreviveram ao tráfico escravista. O problema desloca-se para compreender os mecanismos históricos mediante os quais sujeitos e coletividades produziram pertencimentos capazes de reorganizar a vida social em diferentes contextos coloniais e pós-coloniais. Trata-se de investigar como linguagem, memória, religiosidade, instituições comunitárias, práticas corporais e experiências territoriais atuaram conjuntamente na constituição de vínculos sociais relativamente estáveis, apesar da permanente condição de deslocamento imposta pela escravidão.

Essa perspectiva exige abandonar compreensões essencialistas de identidade. A identidade não antecede o pertencimento, nem constitui uma essência preservada ao longo do tempo. Conforme Stuart Hall argumenta, as identidades culturais são continuamente produzidas no interior da história, sendo atravessadas por relações de poder, deslocamentos, negociações e diferenças. Em vez de representarem uma origem fixa, elas resultam de processos permanentes de identificação. Essa formulação aproxima-se da compreensão adotada neste artigo, mas conduz a um

deslocamento adicional: mais do que compreender identidades como construções históricas, interessa compreender como essas construções produzem pertencimentos coletivos.

Nesse ponto, a Linguística Aplicada oferece uma contribuição particularmente relevante. Ao deslocar seu foco da descrição formal da língua para o estudo das práticas sociais de linguagem, esse campo permite compreender o discurso como espaço privilegiado de produção de realidades sociais. Pertencer a uma comunidade não significa apenas compartilhar determinados traços culturais; significa participar de práticas discursivas que legitimam memórias, narrativas, formas de nomeação, repertórios simbólicos e modos específicos de interpretar o mundo. O pertencimento não constitui um estado alcançado ao final de um processo histórico, mas uma prática continuamente construída nas interações sociais.

É justamente essa articulação que fundamenta a proposta de **Produção Discursiva dos Pertencimentos** desenvolvida neste artigo. Diferentemente de abordagens que tomam o pertencimento como consequência da identidade ou da integração comunitária, propõe-se compreendê-lo como resultado de processos discursivos, culturais, institucionais e históricos que produzem reconhecimento mútuo, legitimidade coletiva e participação social. A diáspora africana constitui um campo privilegiado para observar tais processos porque nela convivem, simultaneamente, deslocamento e enraizamento, ruptura e continuidade, memória e invenção. As experiências afro-atlânticas demonstram que pertencimentos não são preservados intactos nem simplesmente perdidos; eles são continuamente produzidos nas relações entre sujeitos, instituições, linguagens e práticas culturais.

Essa compreensão permite superar uma oposição recorrente na literatura entre resistência e assimilação. As populações africanas e afrodescendentes não apenas resistiram à ordem colonial, nem simplesmente se integraram a ela. Produziram novas formas de existência coletiva que reorganizaram referências africanas, práticas coloniais, tradições locais e experiências diaspóricas em configurações inéditas. O pertencimento emerge, assim, como uma categoria dinâmica, resultante de negociações permanentes entre memória, poder, linguagem e cultura. É essa dinâmica que será examinada nas seções seguintes, nas quais o Atlântico Negro será compreendido menos como cenário da dispersão e mais como espaço histórico de produção de mundos sociais e de reinvenção contínua dos pertencimentos.

Do Deslocamento à Circulação: A Diáspora Africana Como Campo de Produção de Pertencimentos

A compreensão da diáspora africana sofreu profundas transformações ao longo das últimas décadas. Durante grande parte do século XX, predominou uma leitura fortemente influenciada pela história do tráfico atlântico e da escravidão moderna, na qual a diáspora era compreendida sobretudo como consequência da dispersão compulsória de milhões de africanos submetidos ao regime escravista. Nessa perspectiva, o deslocamento geográfico constituía o elemento definidor da experiência diaspórica, enquanto a violência colonial aparecia como sua principal categoria interpretativa. Tal compreensão permanece indispensável para reconhecer a dimensão estrutural do escravismo atlântico e seus impactos duradouros sobre as populações africanas e afrodescendentes. Entretanto, quando tomada como chave exclusiva de leitura, ela tende a reduzir a diáspora a um processo de

perda, fragmentação e desenraizamento, obscurecendo as múltiplas formas de reorganização histórica produzidas pelos próprios sujeitos diaspóricos.

Nas últimas décadas, esse paradigma passou a ser progressivamente questionado por estudos que deslocaram o foco analítico da dispersão para as conexões estabelecidas entre diferentes margens do Atlântico. A História Atlântica contribuiu decisivamente para essa mudança ao demonstrar que o oceano não pode ser compreendido apenas como rota de transporte de pessoas escravizadas, mas como um espaço de circulação de conhecimentos, cosmologias, técnicas, práticas religiosas, formas políticas e experiências culturais. Nessa perspectiva, o Atlântico deixa de representar um vazio geográfico entre continentes para constituir um território histórico de encontros, conflitos, negociações e permanentes processos de recriação social.

A obra de John Thornton representa um marco nesse deslocamento interpretativo ao demonstrar que sociedades africanas participaram ativamente da constituição do mundo atlântico, influenciando estruturas econômicas, práticas religiosas, formas de organização política e repertórios culturais que atravessaram o oceano (THORNTON, 2004). Sua contribuição rompe com interpretações que situavam a África apenas como espaço fornecedor de mão de obra escravizada, evidenciando que populações africanas transportaram conhecimentos agrícolas, sistemas religiosos, formas de parentesco, tecnologias, línguas e experiências políticas que continuaram sendo reelaboradas nas Américas. A diáspora, portanto, não significou a interrupção absoluta da história africana, mas sua continuidade sob novas condições históricas.

Esse deslocamento ganha nova dimensão com Paul Gilroy, cuja noção de Atlântico Negro rompe definitivamente com as leituras nacionais da modernidade. Em vez de compreender identidades negras como fenômenos circunscritos aos limites dos Estados-nação, Gilroy propõe interpretá-las como resultado de intensos processos transatlânticos de circulação de pessoas, ideias, expressões artísticas e práticas políticas (GILROY, 2001). O Atlântico Negro deixa de ser apenas um espaço geográfico para tornar-se uma formação histórica e cultural na qual diferentes experiências negras se constituem por meio do movimento, da tradução cultural e do diálogo permanente entre África, Europa e Américas.

A importância dessa perspectiva reside no fato de que ela desloca o olhar da origem para a relação. O pertencimento deixa de ser explicado exclusivamente pelo vínculo com um território ancestral e passa a ser compreendido como resultado das conexões estabelecidas entre diferentes espaços sociais. As identidades afro-atlânticas deixam de aparecer como sobrevivências culturais preservadas intactas desde a África para serem entendidas como construções históricas produzidas em contextos de circulação, negociação e transformação contínuas.

Esse entendimento aproxima-se das reflexões de Stuart Hall acerca da constituição das identidades culturais. Ao rejeitar concepções essencialistas de identidade, Hall demonstra que os processos identitários não correspondem à preservação de uma essência originária, mas à permanente produção de posições de sujeito historicamente situadas (HALL, 2003). As identidades são produzidas no interior da história, atravessadas por relações de poder, disputas de sentido, deslocamentos e experiências compartilhadas. Sob essa perspectiva, a diáspora deixa de ser apenas um fenômeno

demográfico para constituir um espaço privilegiado de produção de novas formas de identificação.

Contudo, embora Hall tenha deslocado a discussão da essência para a identificação, o conceito de identidade ainda não responde plenamente à questão que orienta este artigo. Identidades descrevem formas de autorrepresentação e reconhecimento social; pertencimentos, entretanto, remetem às condições pelas quais sujeitos e coletividades constroem vínculos relativamente estáveis de participação, legitimidade e memória compartilhada. Nem toda identidade produz pertencimento, assim como pertencimentos podem articular múltiplas identidades em permanente negociação. É precisamente nessa distinção que se insere a proposta aqui desenvolvida.

A antropologia da diáspora também contribuiu significativamente para ampliar essa compreensão. Lorand Matory demonstra que aquilo que frequentemente é interpretado como preservação de tradições africanas constitui, na realidade, um complexo processo de circulação e recriação transatlântica. Ao investigar a formação da chamada "nação iorubá", o autor evidencia que identidades étnicas foram continuamente reorganizadas por fluxos de pessoas, objetos, práticas religiosas e narrativas produzidos entre África e Américas (MATORY, 1998). A tradição não aparece como herança imutável, mas como resultado de constantes negociações históricas.

Em direção semelhante, Kim Butler propõe compreender a diáspora como um campo dinâmico de imaginação política e cultural, no qual deslocamentos produzem novas formas de comunidade sem eliminar completamente as referências ao passado africano (BUTLER; DOMINGUES, 2020). Essa abordagem permite

compreender que pertencimentos diaspóricos não derivam apenas da continuidade cultural, mas da capacidade de reorganizar coletivamente memórias, experiências e projetos comuns em contextos profundamente marcados pela mobilidade.

No contexto brasileiro, pesquisas de Lucilene Reginaldo, Roquinaldo Ferreira, João José Reis, Flávio Gomes e Robert Slenes demonstram que irmandades religiosas, quilombos, redes de parentesco, práticas linguísticas e formas de organização comunitária constituíram espaços fundamentais para a produção de vínculos coletivos entre africanos e afrodescendentes. Esses estudos revelam que a experiência diaspórica foi marcada por intensos processos de recriação institucional, cultural e política, capazes de reorganizar referências africanas sob condições coloniais profundamente adversas (REGINALDO, 2011; REGINALDO; FERREIRA, 2021; REIS; GOMES, 2021; SLENES, 1991-1992).

Entretanto, mesmo diante desse importante avanço historiográfico, permanece uma questão ainda pouco explorada. A maior parte desses estudos demonstra **que** novas comunidades foram constituídas, **que** identidades foram recriadas e **que** práticas culturais sobreviveram e se transformaram. Todavia, ainda são menos frequentes investigações voltadas para compreender os mecanismos discursivos mediante os quais tais vínculos coletivos se tornaram socialmente reconhecidos, legitimados e compartilhados. Em outras palavras, sabe-se muito sobre os produtos históricos da diáspora, mas ainda relativamente pouco sobre os processos de produção dos próprios pertencimentos.

É exatamente nessa lacuna que se insere a proposta da **Produção Discursiva dos Pertencimentos**. Em vez de compreender o

pertencimento como consequência automática da identidade, da etnicidade ou da memória coletiva, propõe-se entendê-lo como resultado de práticas discursivas, culturais, institucionais e históricas que produzem reconhecimento, legitimidade e participação social. A linguagem ocupa, nesse contexto, um papel constitutivo. Não apenas descreve pertencimentos previamente existentes, mas participa ativamente de sua construção, negociação e transformação. Narrativas de origem, rituais religiosos, práticas de nomeação, performances corporais, festas, cantos, formas de oralidade e instituições comunitárias tornam-se, assim, elementos centrais para compreender como populações africanas e afrodescendentes produziram novas formas de existência coletiva nas diferentes margens do Atlântico.

Essa perspectiva desloca a análise da pergunta "quem eram os sujeitos da diáspora?" para uma questão mais ampla: **como sujeitos e coletividades produziram pertencimentos capazes de sustentar formas duradouras de vida social em contextos de deslocamento, violência e mobilidade?** Ao formular essa pergunta, o artigo não abandona as contribuições da História Atlântica nem dos Estudos da Diáspora. Ao contrário, procura ampliá-las mediante uma aproximação com a Linguística Aplicada e os Estudos da Linguagem, compreendendo o discurso não como simples representação da realidade social, mas como uma prática constitutiva da própria experiência histórica.

Parecer da Orientadora

Esta seção, na minha avaliação, já está em um nível significativamente superior ao texto original. Ela não apenas revisa a literatura, mas **constrói uma progressão argumentativa:** parte da

visão clássica da diáspora, passa pela renovação da História Atlântica, incorpora os Estudos da Diáspora e termina demonstrando por que é necessária a **Produção Discursiva dos Pertencimentos**.

No entanto, ainda faremos um refinamento antes da versão final do manuscrito: ampliaremos o diálogo com Bakhtin, Volóchinov, Moita Lopes e Inês Signorini na próxima seção. Isso permitirá que o conceito de discurso esteja ancorado em uma tradição sólida da Linguística Aplicada, tornando a transição entre História e Estudos da Linguagem ainda mais convincente para os pareceristas. É justamente essa integração interdisciplinar que poderá diferenciar este artigo de revisões historiográficas já existentes.

Linguagem, Memória e Práticas Sociais: A Produção Discursiva dos Pertencimentos Afro-Atlânticos

Ao reconhecer que a diáspora africana não pode ser reduzida à dispersão populacional, torna-se necessário compreender os processos pelos quais novas formas de pertencimento passaram a organizar a vida social nas diferentes margens do Atlântico. Essa mudança de perspectiva desloca o foco da origem para a relação, da identidade para a produção de vínculos e da permanência cultural para os processos históricos que tornam possível a constituição de comunidades. Mais do que perguntar quais elementos africanos sobreviveram à escravidão, interessa compreender como sujeitos africanos e afrodescendentes produziram condições de reconhecimento mútuo, legitimidade social e continuidade histórica em contextos profundamente marcados pela violência colonial.

Essa questão exige compreender o pertencimento não como um atributo individual, mas como um fenômeno relacional. Pertencer

significa ocupar uma posição social reconhecida, participar de redes de reciprocidade, compartilhar referências simbólicas e ser legitimado por uma comunidade de práticas. Contudo, esse reconhecimento não decorre espontaneamente da origem comum nem da simples convivência. Ele é continuamente produzido por meio de processos discursivos, institucionais, culturais e afetivos que organizam a experiência coletiva.

Essa compreensão aproxima-se da concepção dialógica da linguagem desenvolvida por Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov. Para esses autores, o sentido não reside nas palavras isoladamente, mas nas relações sociais que as produzem. Todo enunciado constitui uma resposta a outros enunciados e antecipa novas respostas, inserindo-se em uma cadeia histórica de interações. A linguagem deixa, assim, de representar simplesmente a realidade para participar da própria constituição da vida social. Sob essa perspectiva, pertencimentos não existem antes da linguagem; eles são continuamente produzidos pelas práticas discursivas mediante as quais sujeitos interpretam o mundo, narram sua história, reconhecem ancestrais, estabelecem fronteiras simbólicas e constroem formas de identificação coletiva.

A aproximação entre essa perspectiva dialógica e os estudos da diáspora permite compreender que a travessia atlântica não interrompeu os processos de produção de sentidos. Ao contrário, inaugurou novas condições para sua reorganização. Línguas africanas continuaram sendo faladas, transformadas e combinadas com outras formas linguísticas; cantos religiosos preservaram cosmologias ancestrais enquanto incorporavam elementos locais; narrativas orais reorganizaram memórias coletivas em novos territórios; formas de nomeação, parentesco e ritualidade

reconstruíram referências comunitárias em contextos profundamente distintos daqueles existentes no continente africano. A diáspora, portanto, não significou apenas deslocamento de pessoas, mas circulação de formas de significar o mundo.

Essa perspectiva encontra ressonância na Linguística Aplicada contemporânea. Conforme argumenta Luiz Paulo da Moita Lopes, a Linguística Aplicada deixou de compreender a linguagem apenas como objeto formal para investigá-la como prática social constitutiva das relações de poder, das identidades e das formas de participação coletiva. A linguagem deixa de ser concebida como reflexo da realidade para tornar-se espaço privilegiado de produção de sentidos, de negociação de diferenças e de construção de posições sociais. Nessa direção, a produção dos pertencimentos não pode ser compreendida independentemente das práticas discursivas que organizam as experiências comunitárias.

Essa perspectiva é igualmente desenvolvida por Inês Signorini, ao enfatizar que práticas de linguagem constituem espaços de negociação cultural e de produção de subjetividades. Os sujeitos não apenas utilizam a linguagem para expressar identidades previamente constituídas; eles tornam-se sujeitos nas práticas discursivas que os inserem em diferentes comunidades de participação. Esse deslocamento é particularmente relevante para compreender as experiências afro-atlânticas, uma vez que os pertencimentos nelas produzidos resultam menos da preservação de uma essência cultural do que da contínua elaboração de formas compartilhadas de significação.

Nesse sentido, a memória assume papel central. Ela não corresponde a um simples depósito de recordações individuais, mas

constitui uma prática coletiva de organização do tempo social. As pesquisas de Leda Maria Martins demonstram que as tradições afro-brasileiras preservam e atualizam memórias por meio da performance, da oralidade, da corporeidade e dos rituais. A memória, nesse contexto, não apenas conserva o passado; ela produz continuidade histórica ao reinscrever ancestralidades em novas condições de existência. Cada celebração, cada canto, cada gesto ritual constitui uma forma de atualização discursiva da experiência coletiva.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Muniz Sodré acerca do terreiro como forma social. O terreiro não representa apenas um espaço religioso, mas um território de produção de linguagem, transmissão de saberes, organização política e constituição de vínculos comunitários. Nele, pertencimentos são continuamente produzidos mediante práticas discursivas que articulam oralidade, corporeidade, ancestralidade e convivência cotidiana. O espaço religioso converte-se, assim, em espaço de elaboração de formas próprias de existência social.

Fenômeno semelhante pode ser observado nas irmandades negras analisadas por Lucilene Reginaldo. Embora organizadas sob a forma institucional do catolicismo colonial, essas associações constituíram ambientes privilegiados de produção de pertencimentos afro-atlânticos. Nelas, referências étnicas, devoções religiosas, solidariedades econômicas, formas de ajuda mútua e práticas culturais articulavam-se na constituição de comunidades relativamente estáveis. O pertencimento não decorria apenas da origem africana comum, mas da participação efetiva em práticas coletivas continuamente renovadas.

As análises de Robert Slenes reforçam essa interpretação ao demonstrar que laços de parentesco, relações de compadrio, formas de cooperação cotidiana e redes familiares constituíram importantes mecanismos de reorganização social entre africanos e crioulos. Mais do que preservar estruturas africanas preexistentes, essas relações produziram novos modos de reconhecimento mútuo adaptados às condições impostas pela escravidão. A continuidade histórica não se realizou pela repetição fiel do passado, mas pela capacidade de reorganizar referências culturais em novas configurações sociais.

É justamente nesse ponto que a noção de **Produção Discursiva dos Pertencimentos** adquire sua força analítica. Diferentemente das abordagens que compreendem o pertencimento como consequência natural da identidade étnica ou da memória compartilhada, propõe-se entendê-lo como resultado de processos históricos de significação. Narrativas, práticas religiosas, formas de nomeação, performances, instituições comunitárias, territorialidades simbólicas, redes de solidariedade e experiências de ancestralidade não apenas expressam pertencimentos; elas os produzem. O pertencimento deixa de ser compreendido como estado alcançado ou condição previamente existente para constituir-se como prática social continuamente elaborada.

Essa formulação permite compreender que o discurso não ocupa posição secundária nas experiências diaspóricas. Ele constitui um dos principais mecanismos pelos quais sujeitos e coletividades transformam deslocamentos em comunidades, memórias em ancestralidade, diferenças em reconhecimento e experiências compartilhadas em formas relativamente estáveis de vida social. Sob essa perspectiva, linguagem, cultura, memória e instituição deixam

de aparecer como categorias independentes para integrar um mesmo processo histórico de produção dos pertencimentos.

Consequentemente, a diáspora africana pode ser interpretada como um espaço privilegiado de observação da Produção Discursiva dos Pertencimentos. Longe de representar apenas a dispersão de populações pelo Atlântico, ela evidencia a extraordinária capacidade de sujeitos africanos e afrodescendentes de construir formas de existência coletiva por meio da linguagem, das práticas culturais, das instituições comunitárias e da memória social. A produção dos pertencimentos revela-se, assim, como um processo permanente de negociação entre passado e presente, continuidade e transformação, violência e criação, constituindo um dos elementos fundamentais para compreender a formação histórica das sociedades afro-atlânticas.

Instituições Negras e Tecnologias Sociais da Produção Discursiva dos Pertencimentos

A compreensão da diáspora africana como processo de Produção Discursiva dos Pertencimentos exige deslocar a análise das instituições negras para além de sua dimensão organizacional ou religiosa. Irmandades, terreiros, quilombos, confrarias, redes familiares e associações comunitárias não podem ser interpretados apenas como respostas adaptativas às condições impostas pela escravidão. Elas constituíram espaços privilegiados de elaboração de vínculos sociais, produção de legitimidades coletivas e reorganização das experiências africanas no Brasil. Em outras palavras, tais instituições funcionaram como verdadeiras tecnologias sociais de pertencimento, capazes de transformar deslocamentos compulsórios em formas relativamente estáveis de vida coletiva.

A noção de tecnologia social utilizada neste artigo distancia-se de compreensões estritamente instrumentais da técnica. Entende-se por tecnologia social o conjunto de práticas, saberes, formas organizacionais e dispositivos simbólicos que possibilitam a produção e a reprodução da vida coletiva. Nesse sentido, instituições não são apenas estruturas administrativas; elas constituem ambientes nos quais sujeitos aprendem modos de participação, reconhecimento, memória e solidariedade. A produção dos pertencimentos ocorre precisamente porque essas instituições organizam práticas reiteradas de interação capazes de produzir estabilidade social mesmo em contextos marcados pela violência e pela precarização das relações humanas.

Essa perspectiva aproxima-se das análises de Michel Foucault sobre a relação entre práticas sociais e produção de subjetividades. Embora Foucault não trate especificamente das experiências afro-atlânticas, sua compreensão das instituições como espaços de produção de modos de existência permite compreender que pertencimentos também são historicamente produzidos por dispositivos sociais. Entretanto, diferentemente das instituições disciplinares analisadas pelo filósofo francês, as instituições negras desenvolvidas no contexto da diáspora não tinham como objetivo central normalizar sujeitos, mas reconstruir condições de continuidade coletiva diante da ruptura produzida pela escravidão. Sua função principal era produzir comunidade onde o sistema colonial buscava produzir isolamento.

Essa diferença torna-se particularmente evidente nas irmandades religiosas estudadas por Lucilene Reginaldo. Muito além de associações devocionais vinculadas ao catolicismo colonial, essas organizações constituíram espaços de acolhimento, proteção,

assistência mútua e reconhecimento coletivo. A participação nas irmandades possibilitava o acesso a redes de solidariedade econômica, rituais funerários, celebrações festivas, formas de representação política e mecanismos de apoio entre africanos e afrodescendentes (REGINALDO, 2011). O pertencimento não derivava exclusivamente da origem comum dos participantes, mas era continuamente produzido pela participação nas práticas sociais que estruturavam a vida da confraria.

Essa observação permite compreender que as irmandades não preservavam simplesmente identidades africanas. Elas produziam novos pertencimentos afro-atlânticos. Africanos provenientes de diferentes regiões do continente, falantes de línguas distintas e portadores de experiências culturais diversas encontravam nessas instituições condições para construir formas compartilhadas de reconhecimento. A comunidade era resultado de um processo histórico de negociação, e não a continuidade automática de uma origem comum.

Fenômeno semelhante pode ser observado nos terreiros das religiões de matriz africana. Conforme argumenta Muniz Sodré (2019), o terreiro constitui uma forma social específica, organizada em torno da ancestralidade, da oralidade, da corporeidade e da transmissão coletiva dos saberes. Sua importância ultrapassa a dimensão religiosa. O terreiro produz linguagem, memória, autoridade, organização política e territorialidade. Cada rito, cada narrativa mítica, cada prática corporal e cada forma de aprendizagem reforça vínculos entre indivíduos e coletividades, constituindo uma experiência permanente de pertencimento.

As contribuições de Leda Maria Martins ampliam essa compreensão ao demonstrar que a performance ocupa posição central nas culturas afro-brasileiras. A memória não se transmite apenas por documentos escritos, mas por práticas performáticas que articulam corpo, voz, ritmo, gestualidade e oralidade. O conceito de "oralitura", desenvolvido pela autora, evidencia que narrativas, cantos, danças e rituais constituem formas de inscrição da memória coletiva. Sob essa perspectiva, a produção dos pertencimentos ocorre também por meio do corpo, que atua simultaneamente como arquivo, linguagem e território de atualização da ancestralidade.

A centralidade da performance revela que o pertencimento não é apenas uma categoria cognitiva ou afetiva. Ele é incorporado. Aprende-se a pertencer mediante a participação em práticas sociais reiteradas que ensinam modos específicos de falar, ouvir, mover-se, celebrar, silenciar e interpretar o mundo. Essa dimensão corporal da Produção Discursiva dos Pertencimentos amplia significativamente a compreensão da linguagem adotada neste artigo, aproximando-a da concepção bakhtiniana segundo a qual todo enunciado emerge de situações concretas de interação social.

Os quilombos oferecem outro exemplo expressivo desse processo. Durante muito tempo, a historiografia os descreveu predominantemente como espaços de resistência ao regime escravista. Embora essa interpretação permaneça correta, ela se mostra insuficiente para compreender a complexidade de sua organização social. As pesquisas de João José Reis e Flávio Gomes demonstram que muitos quilombos desenvolveram formas próprias de organização política, atividades econômicas, sistemas de defesa, relações diplomáticas, redes comerciais e mecanismos internos de resolução de conflitos (REIS; GOMES, 2021). Essas experiências

revelam que os quilombos produziram comunidades historicamente estruturadas, e não apenas refúgios temporários contra a escravidão.

Sob a perspectiva da Produção Discursiva dos Pertencimentos, os quilombos podem ser compreendidos como espaços nos quais práticas de linguagem, memória compartilhada, trabalho coletivo, parentesco, religiosidade e organização política convergiam para produzir formas relativamente autônomas de vida social. O pertencimento quilombola não era simplesmente consequência da fuga ou da origem africana; ele era continuamente elaborado pela convivência, pela participação comunitária e pela construção coletiva de projetos de futuro.

Essa interpretação encontra apoio nas pesquisas de Robert Slenes acerca das redes de parentesco estabelecidas entre africanos e crioulos. Ao demonstrar que relações familiares, compadrios e alianças sociais constituíram mecanismos fundamentais de reorganização das populações escravizadas, Slenes evidencia que a produção da comunidade não dependia exclusivamente da continuidade de estruturas africanas anteriores. Novas formas de parentesco eram produzidas historicamente mediante práticas sociais que atribuíam significado coletivo às relações cotidianas. O parentesco tornava-se, assim, uma prática discursiva de pertencimento.

Esse aspecto permite compreender que as instituições negras não funcionavam isoladamente. Irmandades, terreiros, quilombos, redes familiares, festas religiosas e celebrações comunitárias constituíam um tecido social articulado, no qual diferentes formas institucionais compartilhavam a função de produzir reconhecimento coletivo. A circulação de pessoas entre esses espaços fortalecia vínculos que

ultrapassavam limites territoriais ou organizacionais, contribuindo para a constituição de uma ampla rede afro-atlântica de pertencimentos.

Essa perspectiva conduz a uma consequência teórica importante. O pertencimento deixa de ser compreendido como consequência da participação institucional e passa a ser entendido como aquilo que as próprias instituições produzem. Em vez de perguntar quem pertence às irmandades, aos terreiros ou aos quilombos, torna-se mais produtivo investigar como essas instituições produzem pertencimentos, quais práticas discursivas mobilizam, quais memórias atualizam, quais relações legitimam e quais formas de participação tornam possíveis.

É precisamente nesse ponto que a Produção Discursiva dos Pertencimentos revela sua potência analítica. Ela permite compreender que instituições não apenas preservam culturas ou organizam comunidades. Elas produzem condições históricas para que sujeitos se reconheçam mutuamente, compartilhem narrativas, atualizem memórias, construam legitimidades e projetem formas coletivas de futuro. O pertencimento emerge, assim, como resultado de um complexo processo de interação entre linguagem, memória, práticas sociais, corporeidade e organização institucional.

Consequentemente, a diáspora africana pode ser interpretada não apenas como um processo de circulação de pessoas e culturas, mas como uma extraordinária experiência histórica de invenção institucional. Em contextos marcados pela escravidão, pelo racismo e pela colonialidade, populações africanas e afrodescendentes produziram organizações capazes de sustentar formas próprias de existência coletiva. Essas instituições constituíram,

simultaneamente, espaços de resistência, aprendizagem, produção de conhecimento, transmissão cultural e elaboração contínua de pertencimentos. Sob essa perspectiva, compreender a história da diáspora significa compreender também a história das instituições que tornaram possível a permanência da vida coletiva afro-atlântica.

Considerações Finais

A historiografia da diáspora africana avançou significativamente nas últimas décadas ao deslocar o foco interpretativo da dispersão para a circulação, da ruptura para a agência e da perda para os processos de recriação histórica. A História Atlântica, os Estudos da Diáspora e os Estudos Culturais demonstraram que populações africanas e afrodescendentes participaram ativamente da constituição do mundo moderno, reorganizando práticas religiosas, linguagens, formas políticas, sistemas de parentesco e repertórios culturais em diferentes margens do Atlântico. Esses avanços romperam definitivamente com interpretações que reduziam os sujeitos africanos à condição de vítimas passivas da escravidão.

Entretanto, a análise desenvolvida neste artigo permitiu identificar que, embora essa renovação historiográfica tenha ampliado significativamente a compreensão da experiência diaspórica, permanece relativamente pouco explorada uma questão fundamental: os processos pelos quais vínculos coletivos são produzidos, legitimados e continuamente transformados em contextos históricos marcados pela mobilidade, pela violência e pela colonialidade. Grande parte da literatura demonstra que comunidades foram constituídas, identidades foram reorganizadas e práticas culturais foram recriadas. Contudo, explica menos

detalhadamente como esses processos se converteram em pertencimentos socialmente compartilhados.

Foi a partir dessa lacuna que se propôs a **Produção Discursiva dos Pertencimentos** como um modelo analítico capaz de articular contribuições da História Atlântica, dos Estudos da Diáspora, da Linguística Aplicada e dos Estudos da Linguagem. Diferentemente de abordagens que compreendem o pertencimento como consequência natural da identidade, da origem comum ou da integração comunitária, o modelo desenvolvido neste artigo parte da compreensão de que pertencimentos constituem processos históricos permanentemente produzidos mediante práticas discursivas, culturais, institucionais, afetivas e políticas. Nessa perspectiva, narrativas, performances, memórias, práticas religiosas, instituições comunitárias, territorialidades simbólicas e relações de poder deixam de ser elementos acessórios da experiência diaspórica para constituírem os próprios mecanismos por meio dos quais sujeitos e coletividades constroem reconhecimento mútuo, legitimidade e participação social.

Ao deslocar o foco da identidade para a produção dos pertencimentos, o artigo propõe uma mudança de perspectiva que possui implicações teóricas relevantes. Em primeiro lugar, amplia a compreensão da diáspora para além da circulação de pessoas e culturas, permitindo interpretá-la como um processo contínuo de elaboração de formas de existência coletiva. Em segundo lugar, aproxima debates historicamente desenvolvidos em campos distintos, demonstrando que História Atlântica, Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem compartilham preocupações comuns acerca da produção de sentidos, das relações de poder e da constituição das comunidades humanas. Em terceiro lugar, oferece

um instrumento analítico potencialmente aplicável a diferentes objetos de investigação, ultrapassando o contexto específico da diáspora africana.

Essa possibilidade constitui, talvez, a principal contribuição deste estudo. Embora desenvolvida a partir das experiências afro-atlânticas, a Produção Discursiva dos Pertencimentos apresenta potencial heurístico para compreender fenômenos diversos nos quais sujeitos e coletividades produzem vínculos sociais mediante práticas discursivas. Comunidades indígenas, movimentos sociais, migrações contemporâneas, comunidades linguísticas, experiências educacionais, processos de alfabetização, práticas inclusivas e formas de organização cultural podem igualmente ser analisados sob essa perspectiva, desde que se reconheça o pertencimento como construção histórica permanentemente negociada.

Do ponto de vista da Linguística Aplicada, essa proposta também representa um deslocamento importante. Tradicionalmente preocupada com práticas sociais de linguagem, a área amplia seu campo interpretativo ao compreender que a linguagem não apenas produz identidades, mas participa da constituição dos próprios pertencimentos que organizam a vida coletiva. O discurso deixa de ser concebido como representação de comunidades previamente existentes para tornar-se um dos principais mecanismos pelos quais comunidades são continuamente produzidas. Tal deslocamento fortalece o diálogo entre os Estudos da Linguagem e investigações sobre memória, cultura, territorialidade, raça e colonialidade.

Ao mesmo tempo, a perspectiva aqui apresentada não pretende substituir categorias consolidadas como identidade, memória, resistência, agência ou etnicidade. Ao contrário, procura articulá-las

em um modelo interpretativo capaz de evidenciar seus processos de produção histórica. Identidades continuam fundamentais; entretanto, passam a ser compreendidas como parte de dinâmicas mais amplas de produção dos pertencimentos. Memórias permanecem centrais; contudo, deixam de ser tratadas apenas como preservação do passado para serem interpretadas como práticas discursivas de atualização da experiência coletiva. Instituições continuam relevantes; mas passam a ser compreendidas como tecnologias sociais que produzem reconhecimento, solidariedade e participação.

Naturalmente, este estudo apresenta limites. Por tratar-se de uma investigação de natureza teórico-bibliográfica, a Produção Discursiva dos Pertencimentos foi aqui desenvolvida em nível conceitual. Sua consolidação dependerá de futuras pesquisas empíricas capazes de analisar diferentes corpora históricos, linguísticos e culturais. A aplicação do modelo a documentos coloniais, narrativas orais, práticas religiosas, obras literárias, experiências educativas ou movimentos sociais permitirá testar, aprofundar e eventualmente reformular seus pressupostos analíticos.

Esses limites, contudo, não diminuem a relevância da proposta. Ao contrário, indicam uma agenda de investigação que permanece aberta. A Produção Discursiva dos Pertencimentos não deve ser compreendida como um conceito acabado, mas como um horizonte analítico destinado a estimular novas perguntas acerca da constituição histórica das comunidades humanas. Mais do que explicar a diáspora africana, ela procura oferecer um modo de compreender como sujeitos e coletividades transformam deslocamentos em vínculos, memórias em ancestralidades, práticas

culturais em formas de reconhecimento e experiências compartilhadas em modos duradouros de existência social.

Assim, a principal contribuição deste artigo não consiste apenas em reinterpretar a diáspora africana no Brasil. Consiste em defender que o pertencimento é uma produção histórica e discursiva. Ao reconhecer que comunidades não são simplesmente herdadas, mas continuamente construídas nas relações entre linguagem, memória, instituições, cultura e poder, amplia-se a compreensão da própria experiência humana. A travessia atlântica, nesse sentido, deixa de representar apenas uma história de ruptura para revelar também uma extraordinária capacidade de criação coletiva. É precisamente nessa tensão entre violência e invenção, dispersão e reorganização, memória e futuro que a Produção Discursiva dos Pertencimentos encontra seu fundamento teórico e sua maior potência explicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Jan. *Cultural Memory and Early Civilization: Writing, Remembrance, and Political Imagination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAH, Avtar. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. London: Routledge, 1996.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Kim D. *Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio (org.). *Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

COHEN, Robin. *Global Diasporas: An Introduction*. 2. ed. London: Routledge, 2008.

FABRÍCIO, Branca Falabella. *Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem*. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GEE, James Paul. *An Introduction to Discourse Analysis: Theory and Method*. 4. ed. New York: Routledge, 2014.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HEYWOOD, Linda M. (org.). *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LOVEJOY, Paul E. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MANNING, Patrick. *The African Diaspora: A History through Culture*. New York: Columbia University Press, 2009.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. Belo Horizonte: Mazza, 1997.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MATORY, J. Lorand. *Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. *Línguas africanas no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo (org.). *África, margens e oceanos: perspectivas para o estudo da História da África*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.

SAFRAN, William. Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SIGNORINI, Inês (org.). *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SLENES, Robert W. Malungu, Ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 48-67, 1991-1992.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

WENGER, Etienne. *Communities of Practice: Learning, Meaning, and Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.